

ENTREVISTA COM O DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO DE TASSO
BENEVIDES GADELHA – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Nome – **Desembargador Federal PAULO DE TASSO BENEVIDES GADELHA**
País – **José de Paiva Gadelha e Miriam Benevides Gadelha**
Data de Nascimento – **19 de setembro de 1942**
Local da Nascimento – **Sousa – Paraíba**
Local da Entrevista - **Cidade de Recife, Pernambuco.**
Duração da Entrevista – **28 min 56 s**
Data da Entrevista – **04 de novembro de 2008**
Entrevistadora – **Nancy Moreira de Barros Freitas**

ORIGEM / FAMÍLIA

Boa tarde, Dr. Paulo. Hoje, 04 de novembro de 2008, estamos aqui no seu Gabinete, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para uma entrevista, uma entrevista simples, mas o objetivo é grande, é a História Oral do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

1) Por favor, pode me dizer seu nome completo e o de seus pais?

O meu nome completo é Paulo de Tasso Benevides Gadelha.

Meu pai é José de Paiva Gadelha e minha mãe, Miriam Benevides Gadelha.

2) Quando e qual a sua cidade de nascimento?

A minha cidade de nascimento é Sousa, conhecida em todo Brasil como a “Cidade Sorriso da Paraíba”, e eu nasci nela, na cidade de Sousa, no dia 19 de setembro de 1942.

3) Como foi a sua infância, Doutor Paulo Gadelha? Pode falar um pouco sobre sua cidade natal?

Veja bem, a minha infância, foi uma infância como toda criança. É bem verdade que eu tive que pará-la depois de 10 anos, porque fui estar interno no Ginásio Diocesano de Patos. Mas, a minha infância em Sousa era substantivamente escola primária e depois jogar futebol quase o dia todo. Sousa não tinha luz. Nós começávamos a jogar depois das aulas, que terminavam, sei lá, 4 horas da tarde, e íamos até a luz acender, às 7 da noite, e de manhã preparar a matéria, o dever de casa e caçar, pescar, e tomar banho no rio e nos açudes de Sousa.

4) Quer dizer algo sobre os seus pais e sua família hoje também?

Olha, veja bem, meu pai para mim foi um ícone. É um homem que não teve condições financeiras de estudar mais do que o curso primário, mas se tornou um dos mais respeitados empresários, diria até do Nordeste, e foi substantivamente o maior chefe político do interior do Estado da Paraíba. Dominava, no bom sentido, liderava, digo melhor, mais de quinze municípios, inclusive o município de Sousa, que à época era o terceiro maior colégio eleitoral do Estado da Paraíba, só perdia em votação para João Pessoa e Campina Grande. Foi deputado federal, foi vereador em Sousa. O irmão foi deputado estadual durante 25 anos, o outro irmão foi prefeito de Sousa e vice-governador. Depois ele passou o comando da política para os filhos: meu irmão Marcondes ainda é deputado federal, está no sexto mandato, foi senador; eu fui deputado estadual por duas vezes; o outro irmão meu, Doca, que infelizmente já faleceu, também foi deputado estadual; e o mais novo foi prefeito de Sousa duas vezes. Então, a minha família, Nancy, está em política desde 1906. O meu bisavô, em 1906, era prefeito de Sousa e, em 2006, o bisneto era prefeito de Sousa por duas vezes.

- E sua família hoje, Dr. Paulo?

Continua na atividade política, tenho impressão que com a mesma respeitabilidade, a mesma força, e sobretudo, o mesmo amor à Sousa. Hoje o meu irmão é o prefeito; o outro irmão meu, o meu irmão Salomão é o prefeito, meu irmão Marcondes é o deputado federal e meu sobrinho, filho de Marcondes, é deputado estadual, Leonardo Gadelha. E estamos aí, quer dizer, hoje eu sou Magistrado, não sou mais político. Não sei, você tá pedindo informação política e eu estou repassando como quem já foi ator da cena política. E isso, Nancy, inclusive serviu de gancho para que eu escrevesse um livro “História Política de Souza”. Já lhe mostrei inclusive o exemplar e vou lançá-lo o mais breve possível, para depois presentear os amigos e colocar à disposição de quem queira comprar, se for o caso.

- O senhor tem filhos?

Tenho uma filha. Eu me casei, digo à Cecília que eu me casei... eu me casei, Nancy, com 48 anos de idade, mas digo aqui e alhures que ainda perdi a mocidade, entendeu? (risos). Digo isso a Cecília, ela fica (risos)... não sei se fica, mas fica rindo depois. Eu tenho uma filha, Raíssa, 17 anos. Está se preparando para fazer o curso, vestibular de Direito. Espero que seja vitoriosa. Ela é esforçada, estudiosa e nasceu vocacionada para o Direito, tenho essa impressão.

VIDA ESCOLAR

5) Como foi sua vida escolar? A primeira escola, sua professora. Algum fato importante?

Interessante, Nancy, teve... Eu era meio arredio. Gostava de ler, mas não gostava de ir para escola primária. Tanto é que meu pai me colocou na escola primária que era a mais famosa de Sousa, mas eu tive uma discussão muito séria com a mãe da dona da escola. Quebrei, com raiva, o pote d'água da casa, derramou a água toda na casa toda (risos) e eu terminei saindo da escola. Aí minha mãe e meu pai colocaram uma professora particular chamada Lurdinha Elias. Inclusive o irmão dela é meu colega, é desembargador do Distrito Federal, e ela foi realmente quem me estimulou. Eu estudava sozinho, eu era aluno único na classe, na casa dela, vizinha a minha casa. A partir daí, passei a ter verdadeira paixão pelos livros, que eu era meio arredio. Tinha, aprendia bem as aulas, mas tinha preguiça de estudar. A partir daí não. Aí eu me deslanchei até não mais perder nem um exame, passar em todos os exames que fiz, do admissão, vestibular, depois dos Tribunais, e no julgamento popular também, quando disputei duas eleições democraticamente.

- Quer dizer, foi a didática desta professora...

... Exatamente. Eu devo a ela muito. Professora Lurdinha Elias.

6) Objetivando desmistificar a figura do magistrado, gostaria que descrevesse um pouco como foi seu desempenho como estudante.

É verdade, Nancy, veja bem... Eu quando entrei no ginásio, fiz o primeiro ginásio, comecei até terminar o ginásio em Patos, Ginásio Diocesano de Patos, com Monsenhor Vieira, que é tio de Eustácio, Aécio, que são proprietários do Hospital Santa Joana e Memorial São José... Eu já tinha, eu tinha em mente, diria a você, três vocações. Eu queria ser substantivamente advogado, mas pensei muito em ser diplomata, fazer o Itamaraty. Mas também tinha sempre um olhar na história política da família e queria ser também político. Então fiz Direito, cheguei a me inscrever no concurso do Itamaraty, mas a atividade política me forçou a largar conjunturalmente a idéia de ser diplomata e eu então fiquei na advocacia. Advoguei muito quando advogado, e depois fui ser político. Mas senti, depois de ter sido advogado a vida toda e de ter sido deputado por oito anos, que eu comecei a sentir que tinha vontade de julgar, de decidir, de presidir auditórios, de presidir sessões do júri, de ser juiz. Quando eu me despertei, já estava com certa idade e só me restava um caminho: era tentar chegar ao

Tribunal Regional Federal, porque eu quis ser sempre Juiz Federal. Então, eu me inscrevi quando se abriu o edital para o quinto constitucional. Fui bem sucedido tanto na Paraíba quanto no Conselho Federal em Brasília e quanto aqui também, no Tribunal Regional Federal e, depois de muita luta, inclusive com impugnação (não ao meu nome, mas ao fato de que alguns seguimentos entendiam que a vaga era do Ministério Público), o recurso terminou em Brasília... Mas eu também ganhei. A vaga era da advocacia e estamos aqui, dentro do possível tentando justificar a nossa luta como Magistrado.

7) O que motivou sua escolha pelo curso de Direito? Alguma influência familiar ou de amigos? Existiu algum episódio que favoreceu a escolha?

Não Nancy, eu posso dizer a você, já que você falou no começo, eu posso dizer a você que eu nasci sempre pra ser advogado. Eu nunca divisei nenhuma outra profissão. Eu desde o quinto ano primário, que se chamava o exame de admissão... Desde o exame de admissão eu só queria ser advogado. Eu ainda jovem ia para as sessões do Tribunal do Júri de Sousa, em João Pessoa, pra ver os grandes advogados, os grandes nomes do Ministério Público, na acusação e na defesa, e sempre quis ser advogado. Agora, digo a você também que tive um lado da diplomacia, mas a advocacia era sempre o carro matriz.

VIDA PROFISSIONAL

8) Gostaria que contasse um pouco sobre sua trajetória profissional até chegar ao TRF 5ª Região?

É verdade, eu tive uma vida multifacetada. Eu fui primeiramente advogado, durante muito tempo. No meio da advocacia, eu fui ser deputado estadual. Fui duas vezes deputado estadual, mas nunca larguei o escritório de advocacia, nunca fechei o escritório. Só não podia advogar contra o Estado porque estava impedido em função das normas que inibiam o exercício de advocacia contra o Estado, contra o Município. Mas sempre advogando, inquestionavelmente. Da advocacia fui ser deputado, oito anos. Depois que fui deputado, passei dois anos chefiando a assessoria especial do governador Wilson Braga, que era uma secretaria de articulação política, e depois fui indicado pelo presidente José Sarney para ocupar uma diretoria do Banco do Nordeste. Passei cinco anos no Banco, morando em Fortaleza. Aí foi uma atividade mais presa. Eu suspendi as outras atividades em função do exercício... Eu morava em Fortaleza e foi um período muito bom na minha vida, porque o Banco do Nordeste é um grande laboratório e eu tive uma idéia completa dos problemas do

País e, sobretudo, do Nordeste. Valeu muito. A partir daí eu voltei, conheci Cecília, me casei e então decidi ser Magistrado.

9) Fernando Pessoa diz: “...Deus quer, o Homem sonha e a Obra nasce...”

Em relação às aspirações criadas ao ser empossado Magistrado do Tribunal Regional Federal da 5ª Região poderia citar alguma que se tornou realidade?

Sim, com certeza. Eu esperava que chegasse a julgar dois mil processos em mais ou menos seis ou sete anos. Consegui julgá-los em menos de dois anos. Então, só isso me deu muita alegria, porque eu vi que o nosso esforço pela agilidade processual, para uma mais rápida prestação jurisdicional tem acontecido, dentro das nossas limitações.

VISÃO TEMÁTICA

10) Pediria que falasse um pouco, Dr. Paulo, como está e como foi sua atuação, agora como magistrado, como está sendo como Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Pequenos detalhes que marcaram e que deveriam ficar para História da Instituição.

Veja bem, hoje eu sou vice-presidente do Tribunal e isso para mim, para quem chegou com uma idade já avançada na Corte, eu cheguei até rápido à vice-presidência. Agora, o que mais me empolgou no Tribunal é que eu tive, Nancy, uma sorte muito grande. A Terceira Turma, quando eu cheguei aqui na Corte, a Terceira Turma era formada por três paraibanos: os desembargadores Nereu Santos, Ridalvo Costa e eu. Então, eu chamava de “a bancada da Paraíba”. Éramos três paraibanos e trabalhávamos harmonicamente. A discussão era apenas, meramente processual e eu, como aprendiz, como mais novo da turma e convivendo com dois dos mais experientes desembargadores, Ridalvo Costa e Nereu Santos, aprendi muito com eles. Porque, você sabe, a gente saiu do outro lado processo. Eu estava do outro lado da porta, eu estava na advocacia e aí você de repente muda. É uma transformação muito grande. Então, o bom senso, o equilíbrio, tudo isso nos aconselha que a gente veja como os mais experientes, os mais antigos decidem. E conviver com Ridalvo e Nereu foi extremamente gratificante, porque eles me ensinaram muita coisa, sobretudo decidir com equilíbrio e sensatez.

11) Que importância política e social o Senhor atribui à criação do TRF 5ª Região, há quase vinte anos?

Era fundamental, Nancy. Você sabe muito bem que se queixa muito da lentidão da Justiça. Olha, você veja bem, nós temos cinco tribunais funcionando: o Tribunal da 1ª Região, com sede em Brasília; 2ª Região, Rio; 3ª Região, São Paulo, sede em São Paulo; 4ª Região, sede em Porto Alegre; e a 5ª Região, aqui no Nordeste, com sede em Recife. Você veja que apesar desses cinco tribunais, antes não existiam, era tudo no Tribunal Federal de Recursos, hoje houve o desmembramento, se criaram esses cinco tribunais. Houve um avançado processo de interiorização da Justiça Federal. Quando a Justiça Federal foi criada em 67, só uma cidade do interior do nordeste, fora as capitais, era sede de unidade da Justiça Federal, que era Campina Grande, depois Petrolina. Hoje, interiorizou-se de forma muito dinâmica. A Paraíba tem hoje vara federal em Campina Grande e Sousa, fora João Pessoa, que tem o maior nome. No Rio Grande do Norte você tem Caicó e Mossoró. Pernambuco você tem Petrolina, você tem Caruaru, Garanhuns, você tem Serra Talhada. E Alagoas também tem Arapiraca. O Ceará tem Sobral, Juazeiro, Limoeiro do Norte. Isso prova que nós queremos que a Justiça esteja mais perto do povo, que seja mais ligada ao povo, que se sepulte aquela idéia de que o magistrado é um ‘avestá’, vive trancado numa torre de marfim, sem sentir a emoção do povo. Então, nós queremos isso, estar perto do povo a decidirmos como o povo vê, e a Justiça sem nada a esconder.

12) Durante sua atuação neste Tribunal, poderia citar alguns julgados que considera mais relevantes para o Tribunal e/ou para Sociedade? E quais desses poderiam estar num Espaço Memória do TRF 5ª Região com objetivo de servir a pesquisas de estudantes, acadêmicos e público em geral?

Nancy, um processo que sempre me marcou muito aqui foi quando eu cheguei. É o processo pertinente ao reservista, ao expedicionário brasileiro, ao reservista brasileiro que não pôde ir servir nos campos de batalha na Itália, mas que ficou aqui patrulhando a nossa costa, preservando a nossa costa. E as Disposições Transitórias dão a ele, ao soldado brasileiro que não pôde ir pra Itália, conquistas que apontam de forma direta que eles queriam defender a liberdade do mundo, que eles queriam servir à pátria. Não puderam, ficaram aqui na costa, mas protegendo, garantindo os nossos navios, as nossas embarcações. Então, eu tenho como alguém que, como se estivesse na linha de frente, em Pistóia, na Itália, defendendo a liberdade contra o nazismo. Por isso, meu primeiro voto que eu dei aqui foi nesse sentido e parece que consegui sensibilizar a Corte no sentido de que quem ficou na retaguarda aqui e não foi por circunstância alheia a sua vontade, serviu à causa da liberdade da mesma maneira como quem está no campo de batalha.

13) Pela sua experiência, gostaria que dissesse se é possível ao magistrado ser sempre imparcial diante da influência da opinião pública, dos movimentos sociais e dos outros Poderes? Pode falar um pouco sobre o tema, Dr. Paulo?

É interessante a sua pergunta. Eu acho que o juiz é um homem de carne e osso. Tem as suas emoções, tem a sua sensibilidade, tem, digamos assim, uma cor que possa orientá-lo. Mas eu penso que na hora de decidir ele tem que largar tudo isso e se ater única e exclusivamente à prova dos autos. Por mais sentimental que você o seja, por mais ligado que você seja, eu acho que o que marca o Juiz nesse campo é a imparcialidade, porque se não for isso a Justiça só sobra.

14) Diante da condição de Magistrado, alguma vez já proferiu decisão contrária ao seu sentimento pessoal de Justiça?

Com certeza, muitas vezes você decide porque você tem... Está certo, você tem que se ater ao texto da lei. É bem verdade que você pode até conhecer a pessoa, saber que a pessoa sempre foi correta. Mas naquele instante, na concepção do julgador, ele agiu contra a lei. Então, o papel de quem aplica a lei é fazê-lo de forma imparcial e impessoal.

15) Durante sua trajetória no TRF, lembra-se de algum fato marcante envolvendo a relação da atuação da OAB, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública Federal ou de algum outro órgão que mereça um destaque especial?

Olha Nancy, tem um caso meu, pessoal, quando da minha posse. Quando da minha posse, o Ministério Público entrou com um mandado de segurança, alegando que aquela vaga do quinto constitucional era uma vaga reservada ao Ministério Público. Nós fizemos ver, inclusive com base já em decisão do próprio Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que quando se criou, quando foi ampliado de dez para quinze o número de vagas de desembargador nessa corte, ficou evidenciado que o quinto constitucional era do advogado, porque já tinha sido ocupada alternadamente por dois Ministério Público e depois advocacia e Ministério Público. A vaga então que se deu agora era a vaga do advogado. E com base nisso, nós questionamos até no Supremo Tribunal Federal e obtivemos uma vitória de nove a um, inclusive com o próprio reconhecimento do Ministério Público. O Procurador da República deu parecer favorável a nossa postulação e no dia do julgamento não apareceu

ninguém do Ministério Público para fazer a sustentação oral. Só apareceu nosso advogado, e o fez galhardosamente, o Dr. Caputo Basto, que depois chegou a ser ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

16) Como avalia a fiscalização exercida pela Ordem dos Advogados do Brasil em face da conduta ética de seus filiados? E as recentes operações da Polícia Federal e sua ampla divulgação na mídia?

É, são duas perguntas interessantes. Eu acho que a Ordem realiza muito bem o seu papel na fiscalização do comportamento do advogado. O advogado é alguém da Justiça, é uma pessoa importante na relação do processo e deve ser um exemplo também de grandeza. Daí porque se ele viola ou violenta ou descumpre qualquer preceito que o estatuto da Ordem define, ele tem que ser punido. Agora, quanto à outra pergunta que você faz, referente à operação da Polícia Federal, eu acho que é preciso mais cautela. Você não pode fazer carnaval, você não pode pré-julgar primeiro. Muitas vezes, a Polícia Federal solta uma informação qualquer. Quando depois você vai ver, não há nada que pudesse incriminar. Houve aqui, você se lembra muito bem, houve uma operação aqui em Jaboatão quando quase todo mundo foi preso. O desembargador Ridalvo, num despacho autêntico, verdadeiro, mostrou que as investigações feitas não foram de acordo com a lei e por isso eu acho que se deve ter muita cautela, porque depois que você joga lama na cara do cidadão, para ele se limpar é muito difícil, por mais injusto que tenha sido o ato contra ele.

17) A jurisprudência deste Tribunal pode ser considerada pioneira, em nível nacional? Por favor, indique em que área.

Eu não diria, não, mas eu sei que o nosso Tribunal é um tribunal muito acatado, muito respeitado, e é um Tribunal que decide muito bem, sobretudo numa área importante, que é o instituto da desapropriação. Nós temos bons juízes em matéria de desapropriação e nesse campo eu acho que o Tribunal tem uma posição de destaque no quadro nacional.

18) Pela sua experiência, Dr. Paulo, a jurisprudência do Tribunal é mais favorável à União ou mais benéfica aos direitos das partes, na qualidade de contribuinte e/ou beneficiado?

A jurisprudência do Tribunal ela espelha o entendimento da Corte. Se forem partes a União e o particular, o Tribunal não toma posição em favor deste ou daquele litigante; o faz em

termos de verdade processual, pouco interessando se o direito se é querelante a parte... O que interessa é quem tem razão.

19) Qual a sua opinião sobre esta metodologia da História Oral que estamos utilizando, para constituir fontes históricas, consolidar a memória institucional, cultivar a transparência na Justiça Federal e contribuir no processo de formação da cidadania ao disponibilizar essa informação organizada à Sociedade? Acredita que poderá tornar-se uma prática exequível em prol do engrandecimento da Instituição TRF 5ª Região?

É louvável, Nancy, por todos os aspectos esse seu trabalho. Até porque o Tribunal já tem vinte anos, e vinte anos já é um bom tempo de vida, que precisa ser armazenado para que as gerações que virão depois de nós possam entender como surgiu o Tribunal, quais foram as suas atribuições, quais foram as suas atribuições, quais foram os exemplos que o Tribunal deixou no que foi que ele errou. Então, é um aprendizado para a história e também para todos nós; uma estante para que a gente possa medir, mensurar, calcular, avaliar o desempenho da Corte nesses vinte anos, e fazer com que ela esteja realmente mais aberta, mais transparente, mais diáfana, atendida com as emoções que vêm da rua e com o direito que as partes postulam.

20) Para finalizar, gostaria de expressar alguma declaração, numa perspectiva histórica, sobre o Tribunal que não foi ainda abordada? Até que o senhor tenha tido conhecimento e queira lembrar, para deixar marcado. Alguma perspectiva histórica sobre o Tribunal.

Eu acho que o Tribunal tem cumprido o seu papel. É preciso, no entanto, que a gente tenha coragem de dizer que uma mudança ainda se torna necessária. A Corte tem quinze desembargadores, é o menor dos Tribunais de todo o país, e é preciso que ele ocupe um espaço maior... E só pode fazê-lo ampliando os seus quadros, para que haja uma mais rápida prestação jurisdicional. Para você ter uma idéia, o Tribunal de Justiça de São Paulo, só o Estado de São Paulo, tem 354 desembargadores, porque houve uma fusão do Tribunal de Alçada com o Tribunal de Justiça. O Tribunal do Rio Grande do Sul tem 120 membros, o Tribunal de Justiça. E nós aqui só temos quinze. É preciso ampliar o quadro, sem muito exagero, para que a gente possa ter mais dinamismo na decisão dos pleitos que a nós forem cometidos.

Dr. Paulo, quero agradecer a gentileza de Vossa Excelência ter prestado este depoimento em prol da consolidação da Memória do TRF da 5ª Região. Muito Obrigada.

Eu é que agradeço, Nancy, porque de qualquer maneira eu ficarei nos anais da Corte graças a sua sensibilidade e a sua prospecção histórica.